

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 6/XVI/ 1.ª SL

Aos 22 dias do mês de maio de 2024, pelas 12:09 horas, reuniu a Comissão De Assuntos Europeus, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;

O Senhor Presidente da Comissão deu início aos trabalhos tendo informado que a Senhora Deputada Marisa Matias, do Grupo Parlamentar do BE, tinha integrado a Comissão, em substituição da Senhora Deputada Isabel Pires (BE).

2. Discussão e votação do texto consensualizado dos votos:

- a. [Projeto de Voto n.º 33/XV/1.ª \(PS\)](#) — «De Saudação ao Dia da Europa»
- b. [Projeto de Voto n.º 35/XVI/1.ª \(PSD e CDS-PP\)](#) – «Pela Celebração do Dia da Europa»

O Senhor Presidente da Comissão referiu que o texto consensualizado tinha sido distribuído por todos os Grupos Parlamentares, tendo agradecido o esforço político de ambos os proponentes dos projetos de voto originais. Na fase de debate, interveio a Senhora Deputada Ana Mendes Godinho (PS) para saudar a capacidade que houve de se encontrar, com este voto, um sentido comum, realçando que tinha sido um trabalho muito positivo e que demonstrava a possibilidade de se alcançar consensos quando todos se mobilizavam para causas comuns. Concluiu agradecendo o trabalho e esforço concretizado para se chegar a este entendimento comum. O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) enfatizou a capacidade que houve de encontrar um texto que, não desvirtuando as posições dos dois documentos originais, conseguiu, inclusive do ponto de vista do seu Grupo Parlamentar, acrescentar conteúdo no sentido de realçar o momento crítico que era vivido na União Europeia e fundar neste voto a esperança de maio de 1950, trazendo de novo à discussão os valores e os princípios europeus. Em reação às intervenções proferidas, o Senhor Presidente recordou que a consensualização entre os autores dos votos, com a apreciação e votação dos



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 6/XVI/ 1.ª SL

Senhores Deputados, se transformava num voto de toda a Comissão, correspondendo a um alargamento desse consenso sublinhando que esse entendimento era muito positivo. Interveio, também, o Senhor Deputado António Pinto Pereira (CH), que referiu o facto de o texto não demonstrar grande vontade de união, destacando a existência de um nível de conflitualidade que não imaginava ser possível acontecer num Parlamento, nomeadamente, por manter expressões que considerava ofensivas e endereçadas ao seu Grupo Parlamentar. Sublinhou que o texto era simples por ser um voto a favor da Europa, referindo que seria fácil resolver o problema do documento, bastando suprimir as expressões que já tinham sido anteriormente identificadas nos projetos de voto do PSD e do PS por considerava que o voto não era contra os extremismos, mas sim um voto a favor da Europa, com todas as suas implicações. Salientou, ainda, que os partidos e as famílias políticas extremistas, da esquerda à direita, tinham assento nos seus parlamentos, que eram democraticamente eleitas pelo povo, pelo que, o PS e o PSD tinham de aceitar que todas as forças políticas tinham assento nos Parlamentos nacionais bem como no Parlamento Europeu. Aditou que, na opinião do seu Grupo Parlamentar, ao contrário do referido pelo Senhor Presidente da Comissão, não havia consenso no texto apresentado, recordando que o mais relevante era o último parágrafo do documento, o voto propriamente dito, sendo que a restante parte do texto eram considerações. Concluiu referindo que o seu Grupo Parlamentar iria votar favoravelmente o texto apresentado, pois, uma vez mais repetia, que eram a favor da Europa, mas adiantou que iriam apresentar uma declaração de voto onde iriam tomar posição relativamente a esta questão. Por fim, solicitou ao Senhor Presidente da Comissão que fossem corrigidos alguns lapsos de escrita no texto, nomeadamente, o posicionamento de algumas vírgulas. No debate, interveio, ainda, o Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) referiu que tinha, igualmente, detetado alguns lapsos na colocação de vírgulas no texto que deveriam ser corrigidas, tendo concordado com todo o conteúdo do texto apresentado.

De seguida, o Senhor Presidente da Comissão referiu, em relação ao conteúdo do texto apresentado, que todos os Senhores Deputados tinham abertura para se expressarem, havendo espaço para interpretações diferentes. Reforçou que, na sua opinião, tinha considerado o texto como consensual e comum, contudo, caberia aos Senhores Deputados determinar o sentido que pretendiam dar ao documento. Neste seguimento, o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) fez uma interpelação à Mesa referindo que o



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 6/XVI/ 1.ª SL

texto deveria colocado à votação na sua formulação original, isto é, com as vírgulas que constavam no documento inicial e que, eventuais correções careceriam da anuência do seu Grupo Parlamentar uma vez que a mudança de uma vírgula poderia alterar o sentido do documento. Neste mesmo sentido, interveio a Senhora Deputada Ana Mendes Godinho (PS) que realçou o trabalho conjunto realizado para se alcançar o texto comum destacando que o foco foi no sentido de garantir que não havia qualquer ataque a nenhum partido, pelo contrário, que o texto procurava mobilizar e salientar os valores comuns da Europa que uniam todos os cidadãos.

Submetido a votação, foi o texto consensualizado de voto da Comissão pela Celebração do Dia da Europa aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE e do L, tendo o Grupo Parlamentar do CH apresentado uma declaração de voto que constará anexa à presente ata.

3. Outros assuntos;

Neste ponto, o Senhor Presidente da Comissão informou sobre um assunto iniciado na Legislatura anterior, nomeadamente, o Portal dos Delegados, que consistia numa plataforma digital que constituía um instrumento de trabalho para as reuniões do Conselho, onde continha diversa documentação de apoio às suas reuniões. Mencionou que alguns Parlamentos nacionais tinham acesso a esse portal, contudo, o Secretariado do Conselho pretendia deixar de dar esse acesso aos Parlamentos, por existirem outras vias para aceder à documentação. Prosseguiu referindo que na anterior Legislatura, por iniciativa do Parlamento dos Países Baixos, tinha sido remetida uma carta ao Secretariado do Conselho, subscrita por vários Parlamentos, nomeadamente pela Assembleia da República, a solicitar a manutenção no acesso a esse portal pelos Parlamentos nacionais, dando nota que essa carta tinha sido distribuída aos Senhores Deputados como documento de apoio à reunião. Aditou que, em resposta à carta remetida, que também tinha sido distribuída pelos Senhores Deputados, o Secretariado do Conselho referiu que existiam outros sistemas informáticos específicos para receber a documentação proveniente do Conselho, tendo-se disponibilizado para agilizar esses sistemas com cooperação com os Estados-membros. Nessa medida, concluiu referindo que os serviços da Assembleia da República iriam a diligenciar no sentido de melhorar



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 6/XVI/ 1.ª SL

e agilizar este sistema de receção de documentação. De seguida, e no seguimento do pedido de esclarecimento solicitado na reunião anterior sobre a questão do hastear da bandeira da União Europeia na Sala de Sessões no passado dia 9 de maio, informou que a questão, por lapso, não tinha sido levada à Conferência de Líderes, tendo, no entanto, S.EXA. o Presidente da Assembleia da República colocado, posteriormente à consideração de todos os Grupos Parlamentares a proposta da Comissão, não tendo havido qualquer oposição. Referiu, igualmente, que por questões de ordem técnica, para hastear a bandeira da União Europeia na Sala das Sessões tiveram de recorrer a um método que já tinha sido usado anteriormente, nomeadamente aquando da receção da Senhora Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, portanto usando as estruturas que o Parlamento português tinha disponível, concluindo que não existia a possibilidade física de realizar um hastear da bandeira pelo facto de não haver nenhuma estrutura física para esse efeito.

Ainda neste ponto, o Senhor Presidente informou sobre os trabalhos futuros da Comissão, informando que se encontravam agendadas reuniões da Comissão para os dias 28 de maio às 16:00, dia 4 de junho às 16:00 e 11 de junho às 16:00. Referiu, também, que a reunião com a Comissária Europeia Mairead McGuinness, responsável pela pasta dos Serviços Financeiros, Estabilidade Financeira e União dos Mercados de Capitais teria de ser adiada uma vez que no dia 2 de julho iriam decorrer as jornadas parlamentares do PSD. Nessa medida, o Senhor Presidente propôs a data de 3 de julho de manhã para a realização desta reunião, tendo reunido o consenso de todos os presentes. Acrescentou, ainda, que iria propor a data de 3 de julho de manhã a reunião com a Senhora Embaixadora da Hungria para apresentação das prioridades da Presidência húngara do Conselho da UE. Por fim, recordou que iria decorrer no dia 23 de maio uma reunião com representantes da Comissão Europeia, sobre o PRR português, tendo a Comissão sido convidada a estar presente pela Comissão Parlamentar de Poder Local e Coesão Territorial, responsável pela realização da reunião. Aditou, ainda, que iria esclarecer junto do Senhor Presidente da Comissão do Poder Local e Coesão Territorial sobre a possibilidade de intervenção dos Deputados da Comissão de Assuntos Europeus nessa reunião.

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 6/XVI/ 1.ª SL

4. Apreciação e votação da ata n.º 4 de 08 de maio de 2024.

O Senhor Presidente da Comissão colocou à apreciação a ata n.º 4 de 8 de maio de 2024, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE e do L.

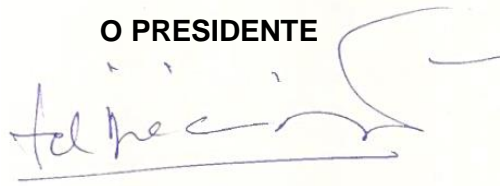
A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, disponível em:

media.parlamento.pt/site/XVILEG/SL1/COM/04_CAE/CAE_20240522_1.mp3

A reunião foi encerrada às 12:34 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 junho 2024.

O PRESIDENTE



(TELMO FARIA)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 6/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira (PSD)
Flávio Martins (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Regina Bastos (PSD)
Telmo Faria (PSD)
Ana Mendes Godinho (PS)
Eduardo Pinheiro (PS)
José Luís Carneiro (PS)
Manuel Pizarro (PS)
António Pinto Pereira (CH)
João Tilly (CH)
Madalena Cordeiro (CH)
Pedro Correia (CH)
Bernardo Blanco (IL)
Ricardo Araújo (PSD)
João Paulo Rebelo (PS)
Susana Correia (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ricardo Carvalho (PSD)
Ana Sofia Antunes (PS)
Francisco De Assis (PS)
Marta Temido (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Liliana Reis (PSD)
Marisa Matias (BE)
Rui Tavares (L)
Miguel Santos (PSD)

Declaração de Voto

Projeto de Voto n.º 33/XV/1.ª (PS), Projeto de Voto n.º 35/XVI/1.ª (PSD e CDS-PP)

Texto consensualizado

O Grupo Parlamentar do CHEGA vota favoravelmente o projeto de voto pela Celebração do Dia da Europa. No entanto, pretendemos ressaltar que alguns dos pressupostos ao Voto seriam de todo desnecessários. Com efeito, onde se diz que “a Democracia (está) constantemente ameaçada. Pela demagogia, populismo, extremismo e intolerância”... devemos centrar o problema: não são a demagogia nem o populismo que ameaçam a democracia: é a ditadura. Ditadura de Direita ou de Esquerda, tal como o comunismo, por exemplo, que foi equiparado ao fascismo pelo Parlamento Europeu em 2019 e, no entanto, 5 anos após esta resolução, quando se fala em extremismo e em populismo apenas se refere a “extrema direita” e o “fascismo”, mas nunca a “extrema esquerda” e o “comunismo”, regime ditatorial, bárbaro, antidemocrático e genocida, responsável por mais de 100 milhões de mortes de inocentes só no século XX. Por outro lado, este medo compulsivo dos extremismos não acaba com eles. O que esvazia os extremismos é a boa governança. Mais à frente pode ler-se, ainda nos pressupostos: “É vital, portanto, que sem nacionalismos extremistas e radicalismos populistas...” Teremos de ser, novamente, assertivos: O Nacionalismo nunca pode ser extremista. Um povo ou é Nacionalista ou não é. E a esmagadora maioria dos povos na Europa e no resto do mundo é indubitavelmente Nacionalista, no sentido estrito da palavra: os povos defendem as suas Pátrias e preservam as suas Culturas e Tradições, apesar de sofrerem diariamente o ataque generalizado - veiculado na Escola e pelos Media - do novo globalismo apátrida e da nova filosofia desenraizadora da Humanidade relativamente às suas Culturas, tradições e Idiossincrasias, denominada por filosofia “Woke”. O extremismo, neste caso, seria a abolição total do Nacionalismo, anulando e esmagando o Mundo e a diversidade dos quase 200 Países e Regiões do Planeta numa amálgama de globalismo apátrida. E banindo

as raízes socioculturais de todos os Povos. É o que pretende a extrema esquerda globalista e aqui PS e PSD parecem dar-lhe a mão.

Concluindo:

Apesar da inclusão desnecessária destes pressupostos que, no nosso entender, apenas inserem sementes de divisão num Voto que deveria ser conjunto e em que seria expectável que todas as forças democráticas estivessem confortáveis e em total sintonia, o GP do CHEGA aprova este projeto de Voto, pela importância e simbolismo de que se reveste.

Palácio de São Bento, 27 de Maio de 2024

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

António Pinto Pereira - João Tilly - Madalena Cordeiro - Pedro Correia